

FORMAÇÃO DE AGRICULTORES E TÉCNICOS PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Coordenador: MARCELINO DE SOUZA

Autor: LEANDRO RAFAEL RÜCKERT

Com a aprovação da lei 11.947 de 16 de junho de 2009 a qual estabeleceu que " no mínimo 30% da alimentação escolar devem ser adquiridas da agricultura familiar, surgiu a necessidade de realizar uma formação voltada para agricultores familiares, técnicos e demais profissionais interessados em comercializar de forma direta produtos agrícolas para a alimentação escolar. O principal objetivo da capacitação foi propiciar a esses atores o conhecimento dos meios para atender as exigências trazidas pela lei, a fim de estimular a criação de mercados institucionais locais que beneficiem economicamente e socialmente os agricultores familiares, como também os consumidores, através de uma segurança alimentar. A metodologia utilizada constituiu-se em quatro etapas, realizadas por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores que atuam no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e no Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE): a primeira etapa incidiu na estruturação da atividade e preparação do material didático; a segunda direcionou-se ao planejamento das atividades em campo; a terceira etapa direcionou-se à concretização da atividade de capacitação e por último, a quarta etapa, à apresentação dos resultados obtidos na formação. O curso foi estruturado para ser desenvolvido em cinco módulos: Módulo I: "A produção local de alimentos: características e possibilidades"; Módulo II: "O Mercado e a produção agrícola"; Módulo III: "Conhecendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e como comercializar diretamente os produtos agrícolas para a alimentação escolar"; Módulo IV: "Exigências sanitárias e boas práticas de produção de alimentos" e Módulo V: "O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e a importância da participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE". Esta ação de extensão iniciou-se no segundo semestre do ano de 2009. Os municípios onde ocorreram as capacitações foram: Santo Antônio da Patrulha; Santa Cruz do Sul; Passo Fundo. Nos três municípios foram capacitados 88 atores sociais, sendo 52 agricultores e 36 técnicos. No município de Santo Antônio da Patrulha, o primeiro a receber a atividade de formação, houve pouca participação do poder público, mas com público bastante diversificado. A participação dos presentes gerou um exitoso debate, devido a grande interação entre os atores presentes, sendo que os debates que mais instigaram o público estavam em torno das Exigências

Sanitárias, e das oportunidades que esta política oferece, bem como o papel dos conselheiros do CAE e da necessidade de mobilização dos agricultores. Em Santa Cruz do Sul, o poder público demonstrou-se extremamente interessado, participando intensamente dos preparativos para a realização da atividade. No município de Passo Fundo houve participação relevante de gestores públicos, sendo de modo geral um público diversificado, ressaltando-se como público majoritário o de técnicos em relação ao de agricultores. Aqui os resultados, foram igualmente frutíferos, apesar da pouca participação de agricultores. No ano de 2010 atividades de capacitação envolveram seis municípios: Sapiranga, Sertão Santana, Taquara, Mariana Pimentel, Canguçu e Teutônia formando um público total 237 pessoas, sendo que 107 eram agricultores e 130 técnicos. No primeiro município capacitado em 2010, Sapiranga, os resultados da realização do curso consistiram no esclarecimento da lei 11.947 e nas formas de comercialização de produtos agrícolas e agroindustriais. O apoio da EMATER local e da cooperativa complementou logística do curso porque conhecia as realidades dos agricultores e com isso favoreceu o fornecimento de informações importantes ao debate em todos os momentos do curso. No município de Sertão Santana os benefícios resultantes do curso tendem a ser muitos, pois existe a possibilidade da inserção de outros produtos na lista de aquisições, além da inserção de novos fornecedores dentre os agricultores locais. Além disso, há a possibilidade de regularização da produção de derivados da uva, que em se concretizando, possibilitaria uma série de canais de comercialização na região, extrapolando assim, o mercado da alimentação escolar. No município de Taquara os principais aspectos que fomentaram questionamentos e debates na turma foram referentes à atual configuração agrícola do município, onde a produção fumageira apresenta grande relevância nos rendimentos dos agricultores e dificulta a diversificação e o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Em Mariana Pimentel o curso cumpriu o papel de informar e apresentar alternativas de comercialização dos produtos agrícolas locais, não apenas no município, mas também ao município vizinho de Guaíba, que apresenta pouca produção e potencial produtivo diante da demanda das escolas do município. O apoio obtido no município, tanto pelo poder público, que procurou levar todos os atores do programa no curso, quanto da EMATER foi um aspecto importante para o bom andamento da capacitação. A realização dessa capacitação no município de Canguçu não apenas promoveu a elucidação de dúvidas referente à legislação, mas também trouxe estímulos aos agricultores em diversificar sua produção e comercializar seus produtos para a merenda escolar. Os principais benefícios da realização do curso no último município capacitado (Teutônia) incidiram principalmente, no esclarecimento de algumas questões importantes para a consolidação e ampliação do

programa nessa região. Percebeu-se, no decorrer das discussões, que a região encontra-se bastante organizada e motivada a produzir e comercializar produtos alimentícios para a alimentação escolar. Suas preocupações estão mais voltadas para a diversificação de produtos agrícolas e a criação de agroindústrias, para a logística da distribuição dos alimentos e para a necessidade de elaborar estratégias que visem formar novos hábitos alimentares entre os escolares. Conclui-se que, de modo geral, a atividade de formação atingiu os objetivos propostos, levando o conhecimento e esclarecimento da Lei 11.947 para os agricultores e técnicos que participaram das atividades. A interação entre os diferentes atores envolvidos ocorreu de forma concreta no ambiente da capacitação em todos os municípios envolvidos, apontando o frutífero resultado desse curso de formação. O mesmo proporcionou discussão e formação de parcerias as quais poderão ter no futuro um papel importante no sentido de fomentar a criação de um mercado institucional local relacionado à alimentação escolar.